

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 712, DE 2022.

Altera a Lei nº 11.442, de 05 de janeiro de 2007.

Autor: Deputado JERÔNIMO GOERGEN

Relator: Deputado TONINHO
WANDSCHEER

I - RELATÓRIO

Busca o Projeto de Lei nº 712, de 2022, restaurar texto anteriormente em vigor na legislação de transportes de cargas e revogado por reconhecido erro nos procedimentos de redação final da Lei nº 14.206, de 2021.

O dispositivo em questão determina que “compete à Justiça comum o julgamento de ações oriundas dos contratos de transporte de cargas” e ao ser equivocadamente revogado, provocou impactos na solução de conflitos entre transportadores e embarcadores, que passaram a ser discutidos no âmbito da justiça do trabalho.

Trata-se de projeto sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões.

Na primeira comissão de mérito, a de Viação e Transportes (CVT), foi aprovado parecer pela rejeição do projeto, pela constatação de que a correção proposta já foi aprovada por este Congresso por meio de emenda apresentada pelo Relator da Medida Provisória nº 1.112, de 2022. O texto substitutivo aprovado, que veio a se tornar a Lei nº 14.440, de 2022, promoveu alteração idêntica à sugerida pela presente proposição, ocorrendo clara perda de objeto.



Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a análise do mérito e art. 54, RICD.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Inexiste qualquer objeção quanto aos pressupostos de constitucionalidade do projeto, que não apresenta qualquer vício em relação à Constituição Federal.

Foram obedecidos os requisitos de constitucionalidade formal e material, bem como a iniciativa legislativa.

O pressuposto da juridicidade se acha igualmente preenchido, não sendo violados os princípios do ordenamento jurídico pátrio.

A técnica legislativa utilizada está adequada aos comandos da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

No tocante ao mérito, somos favoráveis à aprovação da matéria, nos termos de Substitutivo.

Apesar de o texto original aparentar perda de objeto, entendemos que o texto merece, na verdade, aperfeiçoamento, visto a necessidade que esse tipo de conflito possa ser objeto de conciliação ou mediação, nos termos do Código de Processo Civil, podendo, para, tanto o juiz designar audiência.

Além disso, o Substitutivo facultaria aos contratantes dirimir os conflitos recorrendo à arbitragem previamente do disposto no § 3º do art. 5º desta Lei.

Então, pelo exposto, apresentamos o voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº



712, de 2022, e, no mérito, pela sua aprovação, na forma do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado TONINHO WANDSCHEER
Relator

2025-3073



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 712, DE 2022

Altera a Lei nº 11.442, de 05 de janeiro de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a Lei nº 11.442, de 05 de janeiro de 2007, de forma a garantir a possibilidade de o juiz designar conciliação ou mediação no julgamento das ações decorrentes de contratos de transporte de cargas, bem como facultando aos contratantes dirimir os conflitos recorrendo à arbitragem.

Art. 2º Os artigos 5º e 19 da Lei nº 11.442, de 05 de janeiro de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º.....

.....

3º Compete à Justiça Comum o julgamento das ações decorrentes de contratos de transporte de cargas, observadas as condições estabelecidas em acordos ou convenções coletivas. Na ausência de cláusula específica, o juiz deverá designar audiência de conciliação ou mediação, nos termos do Código de Processo Civil, podendo encaminhar a demanda à arbitragem, caso haja concordância entre as partes.(NR)”

“Art. 19. É facultado aos contratantes dirimir os conflitos recorrendo à arbitragem previamente do disposto no § 3º do art. 5º desta Lei.(NR)”

Sala da Comissão, em de de 2025.



Deputado TONINHO WANDSCHEER
Relator

2025-3073

Apresentação: 08/04/2025 10:51:52.693 - CCJC
PRL 1 CCJC => PL 712/2022

PRL n.1



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257347900300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Toninho Wandscheer

